

CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS
CENTRAIS DO BRASIL S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2019

CONCEBRA - CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS CENTRAIS DO BRASIL S.A.

Informações contábeis Intermediárias
30 de junho de 2019

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados (informação suplementar)

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.



Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa Nº1, às Informações Contábeis intermediárias, nas quais indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 86.278 mil durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2019 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.111.402 mil. Tal desequilíbrio decorre, fundamentalmente, de seu endividamento financeiro registrado em montante de R\$ 1.005.357, detalhado na nota explicativa Nº 8, contraído em função das razões também expostas na Nota Explicativa Nº 1. A Companhia necessita de obter recursos financeiros significativos de seus acionistas ou de terceiros, ou ainda repactuar tais dívidas com essas instituições financeiras, para cumprir com os compromissos assumidos com o programa de concessão, conforme descrito na Nota Explicativa nº 23 e com as instituições financeiras credoras. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias, tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e semestre anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018 e das mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, obtido das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação.




A revisão das Informações Trimestrais - ITR do semestre findo em 30 de junho de 2018 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 06 de agosto de 2018 e 27 de março de 2019, respectivamente, sem ressalvas, contendo parágrafo de ênfase sobre a "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional".

Goiânia, 07 de agosto de 2019



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC GO 001837/F-4


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 - S - GO

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Balanço patrimonial
30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.583	15.475
Cientes e operações a receber	5	15.921	15.511
Impostos a recuperar		180	162
Adiantamentos diversos		1.708	955
Despesas antecipadas		2.613	1.568
		35.005	33.671
Não circulante			
Despesas antecipadas		-	162
Depósito judicial		1.667	1.249
Impostos e contribuições diferidos	20	102.780	102.780
Intangível	7	1.464.619	1.470.056
Ativo de contrato	7	48.722	49.706
Outros créditos		1.100	1.100
		1.618.888	1.625.053
Total do ativo		1.653.893	1.658.724
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		9.960	13.814
Empréstimos e financiamentos	8	1.055.357	1.011.341
Arrendamento mercantil	10	7.487	655
Obrigações trabalhistas		9.802	10.573
Obrigações fiscais	9	9.932	25.084
Contas a pagar - partes relacionadas	6	41.089	37.898
Outras obrigações	11	7.789	4.352
		1.141.416	1.103.717
Não circulante			
Arrendamento mercantil	10	4.992	-
Provisões para demandas judiciais	21	5.603	3.808
Provisão para manutenção	12	262.388	237.607
Impostos e contribuições diferidos	20	38.343	26.423
		311.326	267.838
Patrimônio líquido	13		
Capital social		380.000	380.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		49.710	49.450
Prejuízos acumulados		(228.559)	(142.281)
Total do patrimônio líquido		201.151	287.169
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.653.893	1.658.724

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído evidenciado por ação em reais)

	Nota	Trimestre do período atual 01/04/2019 a 30/06/2019	Acumulado do período 01/01/2019 a 30/06/2019	Trimestre do período anterior 01/04/2018 a 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 a 30/06/2018
Receitas operacionais líquidas	14	86.077	170.209	110.721	221.090
Custo dos serviços prestados e de construção	15	(64.800)	(127.451)	(79.073)	(157.157)
Resultado bruto		21.277	42.758	31.648	63.933
Despesas operacionais, líquidas:					
Administrativas	16	(8.002)	(10.592)	(3.836)	(6.664)
Salários e encargos sociais	17	(2.699)	(4.920)	(2.456)	(4.527)
Amortização		(2.235)	(4.475)	(538)	(1.089)
Administradores	18	(187)	(771)	(1.786)	(2.415)
Outras receitas operacionais, líquidas		207	311	304	480
		(12.916)	(20.447)	(8.312)	(14.215)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		8.361	22.312	23.336	49.718
Resultado financeiro, líquido:					
Receitas financeiras	19	119	240	93	197
Despesas financeiras	19	(58.261)	(108.830)	(51.041)	(98.860)
		(58.142)	(108.590)	(50.948)	(98.663)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(49.781)	(86.278)	(27.612)	(48.945)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	9.282	16.680
		-	-	9.282	16.680
Prejuízo do período		(49.781)	(86.278)	(18.330)	(32.265)
Prejuízo básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	13.b	(0,4)	(0,23)	(0,048)	(0,085)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do I período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Prejuízo do período	(49.781)	(86.278)	(18.330)	(32.265)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(49.871)	(86.278)	(25.570)	(56.583)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	380.000	(77.693)	26.700	329.007
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	20.200	20.200
Prejuízo do período	-	(32.265)	-	(32.265)
Saldos em 30 de junho de 2018	380.000	(109.958)	46.900	316.942
Saldos em 31 de dezembro de 2018	380.000	(142.281)	49.450	287.169
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	-	260	260
Prejuízo do período	-	(86.278)	-	(86.278)
Saldos em 30 de junho de 2019	380.000	(228.559)	49.710	201.151

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(86.278)	(32.265)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Margem de construção	(95)	(1.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(16.680)
Amortização	25.052	14.281
Provisão para manutenção e AVP	24.781	17.497
Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	98.557	6.924
Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	894	90.514
Provisão para demandas judiciais	1.796	477
Variação nos ativos e passivos:	-	281
Cliente e operações a receber	(410)	(319)
Impostos a recuperar	(18)	(14)
Depósitos judiciais	(418)	(25)
Despesas antecipadas	(883)	(645)
Outros valores a receber	(389)	66
Fornecedores	(4.237)	(4.355)
Obrigações sociais e trabalhistas	(771)	926
Obrigações fiscais	(3.743)	141
Contas a pagar partes relacionadas	3.191	(7.437)
Outras obrigações	3.437	441
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	60.466	68.571
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(19.475)	(30.829)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(19.475)	(30.829)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Captações através de empréstimos e financiamentos (IFRS 16)	12.478	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	260	20.200
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(54.007)	(54.057)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(614)	(5.930)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(41.883)	(39.787)
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	892	(2.045)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	15.475	15.784
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14.583	13.739
Aumento (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa	892	(2.045)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Demonstração do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	30/06/2019	30/06/2018
Receitas	186.257	237.885
Receita de pedágio	182.187	188.615
Receita de construção	3.759	48.790
Outras receitas	311	480
Insumos adquiridos de terceiros	(94.112)	(124.609)
Custos dos serviços prestados	(82.597)	(71.073)
Custos de construção	(3.664)	(47.553)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.851)	(5.983)
Valor adicionado bruto	93.129	113.276
Depreciação e amortização	(25.052)	(14.281)
Valor adicionado líquido consumido	67.093	98.995
Valor adicionado recebido em transferência	240	197
Receita financeira	240	197
Valor adicionado total a distribuir	67.333	99.192
Distribuição do valor adicionado	67.333	99.192
Pessoal	22.684	27.743
Remuneração direta	17.271	22.370
Benefícios	4.319	4.174
F.G.T.S.	1.094	1.199
Outras	-	-
Impostos, taxas e contribuições	20.057	4.139
Federais	10.956	(5.308)
Estaduais	-	10
Municipais	9.101	9.437
Remuneração de capitais de terceiros	110.870	99.575
Juros	108.815	98.860
Aluguéis	102	218
Outras	1.953	497
-	-	-
Prejuízo do período	(86.278)	(32.265)
Prejuízo do período	(86.278)	(32.265)

As notas explicativas são parte integrante das Informações Contábeis intermediárias.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (“Concebra”, “Concessionária” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, Goiás e possui como acionista a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Ao final da concessão a Companhia não fará jus a qualquer indenização, todos os bens da concessão ou investimentos nela realizados deverão ser integralmente depreciados ou amortizados.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, financiados com capital dos acionistas e de terceiros.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (“PER”), a Concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu a Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h.

No dia 24 de fevereiro de 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$ 3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A indefinição sobre a composição dos demais bancos públicos que fariam o repasse de parte dos recursos aprovados, resultou no vencimento do empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016 e inadimplência da Companhia.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está em tratativas junto ao BNDES para firmar um acordo de reperfilamento dessa dívida e, entre as condições, está a avaliação das partes quanto às cláusulas aplicáveis. Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta prejuízo de R\$86.278 e capital circulante negativo de R\$1.111.402, provenientes, quase que exclusivamente, da atualização da dívida do financiamento de curto prazo (ponte) junto ao BNDES. A expectativa da Companhia é que o acordo ocorra até o final do ano de 2019 e que a partir desse, ajustando as taxas de correção e a exclusão das multas e juros moratórios, possa começar a apresentar lucro contábil.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui fiança corporativa, penhor, recebíveis e aval da Controladora como garantias do empréstimo.

O segundo importante direcionamento estratégico da Companhia para a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, é a Revisão Quinquenal por parte da ANTT, que está em tratativas, aguardando o consenso dos órgãos de controle e Governo Federal para a formatação final dos termos dessa revisão.

Ambas as tratativas, repactuação da dívida com o BNDES e Revisão Quinquenal, são fundamentais para a continuidade da Concebra. A Revisão Quinquenal está prevista pela Resolução ANTT nº 1187, de 09 de novembro de 2005, alterada pela resolução nº 2.554, de 14.02.08, a qual estabelece:

“A ANTT promoverá reavaliações dos contratos de concessão, no que se refere a obras e serviços, a cada cinco anos, contados regressivamente de seus respectivos termos finais, de forma a analisar eventuais ajustes necessários à prestação do serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, sempre preservando o equilíbrio econômico-financeiro”.

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência e demais órgãos, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

O próprio contrato de concessão na cláusula 22.2.1 prevê:

“O procedimento para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por meio de revisão dar-se-á conforme estabelecido em resolução da ANTT”.

Portanto, a Administração da Companhia e sua Controladora entendem que estas ações poderão, a depender da forma definida pela agência, trazer o necessário reequilíbrio contratual de forma a permitir a continuidade normal de suas operações e cumprimento dos compromissos assumidos no contrato de concessão.

Em 10 de junho de 2019 a Companhia, através da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), obteve decisão liminar que assegura que, até a resolução do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral, ao qual será submetida a ação principal, pronuncie-se sobre a questão ou a Agência, em sua autotutela buscar solução na lide.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Bases de preparação

2.1. Preparação e apresentação das Informações Contábeis intermediárias

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Informações Contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas tomando como base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Informações Contábeis intermediárias foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 07 de agosto de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis intermediárias e somente, elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

b) Base de mensuração

As Informações Contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional

As Informações Contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. Políticas contábeis

As Informações Contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que devem ser lidas em conjunto com essas Informações Contábeis intermediárias. Cabe ressaltar que não houveram alterações nas práticas contábeis até 30 de junho de 2019.

Os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 (IFRS 16, que trata sobre arrendamentos, por exemplo), tiveram seus impactos devidamente evidenciados na nota explicativa 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Indexador	Natureza	30/06/2019	31/12/2018
Disponibilidades (i)			3.741	3.172
	12% a 100% do			
Aplicações financeiras (ii)	CDI	Aplicação automática	10.842	12.303
			<u>14.583</u>	<u>15.475</u>

(i) Em 30 de junho de 2019 os recursos referem-se substancialmente a montantes custodiados pela transportadora de valores.

(ii) Refere-se a aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Clientes e operações a receber

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Arrecadação pedágio (i)		
Vale pedágio	1.059	846
Pedágio eletrônico	14.862	14.553
Uso da faixa de domínio	-	112
	<u>15.921</u>	<u>15.511</u>

- (i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, havendo a possibilidade de antecipação conforme necessidade da Companhia, mediante taxa de desconto acordada com as operadoras.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas	30/06/2019		31/12/2018	
	Ativo intangível	Contas a pagar	Ativo intangível	Contas a pagar
Construtora Triunfo S.A. (i)	48.010	-	48.707	-
CTVias – Centro Tecnológico Infraestrutura Ltda. (ii)	-	-	-	258
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. (iii)	-	160	-	-
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv)	-	40.929	-	37.640
	48.010	41.089	48.707	37.898

- i. Valores referentes a fornecimento de serviços e adiantamentos conforme previsto no contrato de empreitada integral, a preço global, para obras, serviços e fornecimentos necessários ao desempenho dos itens de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção e ampliação de capacidade e melhorias constantes no Programa de Exploração da Rodovia (PER) do Contrato de Concessão firmado entre a ANTT e a Companhia. O contrato possui valor total de R\$3.600.000, com previsão de adiantamentos na ordem de 5% do montante total. O contrato possui o prazo de vigência de cinco anos. A Construtora Triunfo S.A. e a Controladora da Companhia estão sob controle comum. A operação está coberta por carta de garantia fidejussória emitida pela THC – Triunfo Holding de Construções Ltda., controladora direta da Construtora Triunfo S.A.
- ii. Valores referentes a fornecimento de serviços conforme previsto em contrato entre as partes no valor de R\$1.949, para avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento, avaliação dos elementos rodoviários de sinalização vertical e horizontal e de proteção e segurança, bem como, levantamento das condições de aderência do pavimento, proposições de soluções e previsões de desempenhos de pavimentos em atendimento ao estabelecido no programa de exploração da rodovia (PER). O CTVias e a Companhia possuem a Triunfo como controladora em comum.
- iii. Valores referentes à aquisição de seis caminhões utilizados na operação da Companhia. A Rio Guaíba e a Companhia possuem a Triunfo como controladora em comum.
- iv. Valores referentes a: (a) créditos de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social cedidos pela Triunfo para abatimento dos saldos de parcelamentos de impostos, no valor de R\$19.398, líquido do desconto da adesão, conforme contrato de Cessão de crédito firmado entre as partes; e (b) valores relacionados a serviços compartilhados de acordo com rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas da holding, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo e outras despesas compartilhadas.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e Ativo de Contrato

	Intangível em serviço (i)	Provisão para manutenção	Intangível em andamento	Total Intangível	Ativo de contrato (ii)
Saldo em 31/12/2017	1.240.529	68.954	157.481	1.446.964	76.317
Construções/aquisições	-	-	45.908	45.908	27.851
Compensações	-	-	54.462	54.462	(54.462)
Transferência	257.851	-	(257.851)	-	-
Saldo em 31/12/2018	1.498.380	68.954	-	1.567.334	49.706
Construções/aquisições/adições	18.631	-	-	18.631	-
Compensações	-	-	-	-	-
Transferência	984	-	-	984	(984)
Saldo em 30/06/2019	1.517.995	68.954	-	1.586.949	48.722
Saldo em 31/12/2017	(53.499)	-	-	(53.499)	-
Amortização	(43.779)	-	-	(43.779)	-
Saldo em 31/12/2018	(97.278)	-	-	(97.278)	-
Amortização	(25.052)	-	-	(25.052)	-
Saldo em 30/06/2019	(122.330)	-	-	(122.330)	-
Valor residual líquido					
Saldo em 31/12/2018	1.401.102	68.954	-	1.470.056	49.706
Saldo em 30/06/2019	1.395.665	68.954	-	1.464.619	48.722
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	-	-	-	-

(i) Do montante de ativo intangível em serviço, R\$761.157, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A. Do montante do ativo em serviço R\$ 2.950 são oriundos do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e a CT Vias.

(ii) Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção desta nova norma contábil, a CONCEBRA passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato. Este montante era anteriormente reconhecido como parte do Ativo Intangível e foi, portanto, reclassificado, não impactando a demonstração do resultado. O valor é representado pelos adiantamentos a fornecedores, principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$48.010 e outros fornecedores no montante de R\$712.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação

30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Direitos de Uso (IFRS16)	Outros ativos em serviço	Total
Saldo em 31/12/2017	611.701	391.030	62.870	60.747	14.890	33.769	-	65.522	1.240.529
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência/baixas	7.340	239.298	-	-	1.629	(33)	-	9.617	257.851
Saldo em 31/12/2018	619.041	630.328	62.870	60.747	16.519	33.736	-	75.139	1.498.380
Construções/aquisições	2.318	657	14	-	248	-	-	1.418	4.655
Aplicação IFRS 16	-	-	-	-	-	-	14.960	-	14.960
Saldo em 30/06/2019	621.359	630.985	62.884	60.747	16.767	33.736	14.960	76.557	1.517.995
Saldo em 31/12/2017	(25.918)	(15.428)	(2.694)	(2.513)	(565)	(1.414)	-	(4.967)	(53.499)
Amortização	(20.907)	(14.462)	(2.123)	(2.052)	(558)	(1.139)	-	(2.538)	(43.779)
Saldo em 31/12/2018	(46.825)	(29.890)	(4.817)	(4.565)	(1.123)	(2.553)	-	(7.505)	(97.278)
Amortização	(10.255)	(10.412)	(1.038)	(1.003)	(277)	(557)	(247)	(1.263)	(25.052)
Saldo em 30/06/2019	(57.080)	(40.302)	(5.855)	(5.568)	(1.400)	(3.110)	(247)	(8.768)	(122.330)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2018	572.216	600.438	58.053	56.182	15.396	31.183	-	67.634	1.401.102
Saldo em 30/06/2019	564.279	590.683	57.029	55.179	15.367	30.626	14.713	67.789	1.395.665

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a Companhia tomou emprestado recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se às mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota Explicativa 8.

As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014 e o saldo total de capitalizações foi de R\$4.175. No período findo em 30 de junho de 2019 não houveram capitalizações.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital, consoante ao pleito da revisão quinquenal. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no período.

8. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Vencimento	30/06/2019	31/12/2018
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Dez/2016	1.049.243	952.059
BB (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.		-	28.732
BDMG (Empréstimo ponte)	Fiança, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	-	17.212
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	Dez/2019	6.114	13.338
				1.055.357	1.011.341
Circulante				1.055.357	1.011.341
Não circulante				-	-

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das Informações Contábeis Intermediárias.

Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. O empréstimo ponte venceu no dia 15 de dezembro de 2016, conforme descrito na Nota Explicativa 1 e a Companhia encontra-se inadimplente. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “*Covenants*”.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 02 de janeiro de 2017, o BNDES acionou as garantias das fianças bancárias emitidas pelo Banco do Brasil (“BB”) e Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) vinculados a liberação da 3ª tranche, no montante inicial de R\$160.000. Os valores foram honrados nos dias 05 e 10 de janeiro pelo BDMG e BB. Em 23 de janeiro de 2017, foi formalizado, entre estas instituições financeiras e a Companhia, um novo acordo para pagamento dos valores afiançados mediante retenção de percentual da receita bruta mensal, correspondente a 24% até junho de 2017 e 27% a partir desta data, com prazo máximo de 36 meses. Os saldos relativos às fianças bancárias foram integralmente quitados em junho de 2019.

Em 30 de janeiro de 2017 foi protocolada pelo BNDES uma ação de execução por quantia certa na 24ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, com a cobrança do pagamento imediato da dívida total, líquida da parte honrada pelos fiadores.

Em 03 de fevereiro de 2017, na mesma Vara Federal, foi protocolada petição inicial por parte da Companhia, com distribuição por dependência ao processo encaminhado pelo BNDES, requerendo a suspensão do vencimento da dívida até que uma das seguintes alternativas seja determinada: (i) o BNDES conceda a Companhia o financiamento de longo prazo, e efetue o desembolso da primeira parcela do mesmo; (ii) as partes renegociem os termos do financiamento e cheguem a bom termo, com a formalização deste consenso; ou (iii) na impossibilidade de ambos, ocorra o trânsito em julgado da sentença que determine o reequilíbrio contratual da relação jurídica travada entre as partes.

Em 08 de fevereiro de 2017, foi indeferida a tutela judicial de urgência requisitada na petição inicial protocolada no dia 03 de fevereiro de 2017.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia encontra-se em tratativas das cláusulas contratuais e negociações a serem repactuados para conclusão da renegociação do saldo devedor junto ao BNDES.

A Companhia também captou recursos por meio de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”) junto ao BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência inicial de 8 meses. O empréstimo venceu em 15 de dezembro de 2016 e foi renegociado um novo de 36 meses com 6 meses de carência para início da amortização dos juros em janeiro/2017, forma de amortização SAC. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, “Covenants”.

9. Obrigações fiscais

	30/06/2019	31/12/2018
PIS	223	238
COFINS	1.028	1.094
INSS	145	136
IRRF	49	43
CSLL	48	63
ISS (i)	8.439	22.605
Parcelamentos	-	905
	9.932	25.084

(i) Em 30 de junho de 2019 a Companhia avaliou o saldo de contas a pagar relativo aos Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e reconheceu o contingenciamento e atualização dos valores a longa data.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento mercantil

	30/06/2019	31/12/2018	
Passivos de contrato	11.904	-	
Juros (AVP)	575	-	
Finame	-	655	
	12.479	655	
Circulante		7.487	655
Não circulante		4.992	-

A Companhia apresenta como passivos de contratos e juros (AVP) os valores relativos a norma CPC 06 (R2) e/ou IFRS 16 – Contratos de arrendamento, referentes à locação de imóveis, equipamentos e veículos avaliados pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia optou por adotar o método retrospectivo modificado, com efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento em 31 de dezembro de 2018, com ajuste ao saldo de abertura de prejuízos acumulados na data da aplicação inicial. A Companhia realizou a mensuração do ativo pelo custo e passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre os empréstimos do arrendatário de 8,74%.

11. Outras obrigações

	30/06/2019	31/12/2018
Verbas contratuais	6.458	4.352
Seguros a pagar	1.247	-
IPVA a pagar	84	-
	7.789	4.352

O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de “fiscalização”, para cobertura de despesas nesse processo, “segurança no trânsito”, que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e “recursos para desenvolvimento tecnológico - RDT”, aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.

12. Provisão para manutenção

A Companhia registrou provisão para manutenção relativa ao ano de 2021 a 2024, descontado pela taxa WACC de 7,53% a.a. conforme quadro abaixo:

	31/12/2018	Constituição a valor presente	Recomposição AVP	30/06/2019
Pavimentação de pistas, acostamentos e acessos	186.314	12.743	6.688	205.745
Canteiro central/faixa de domínio	703	45	24	772
Obras de arte especiais	3.584	245	129	3.958
Terraplenagem e estruturas de contenção	475	34	18	527
Drenagem/obras de arte correntes	11.614	794	417	12.825
Sinalização	34.756	2.380	1.249	38.385
Outros	161	11	4	176
	237.607	16.252	8.529	262.388

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o início das atividades de cobrança de pedágio, a Companhia iniciou o reconhecimento da provisão para manutenção sobre as obras já entregues. No resultado do período de três meses findo em 30 de junho de 2019, foi reconhecido o valor de R\$16.252 no grupo de custos dos serviços prestados e R\$8.529 como ajuste a valor presente no grupo de despesas financeiras.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é representado por 380.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Resultado por ação

O cálculo básico e diluído de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Numerador: Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(49.781)	(86.278)	(18.330)	(32.265)
Denominador: Ações ordinárias em circulação	380.000	380.000	380.000	380.000
Prejuízo por ação básico e diluído (R\$)	(0,131)	(0,227)	(0,048)	(0,085)

c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2019, a Companhia recebeu recursos no montante de R\$260 da acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo") a título de adiantamento para futuro aumento de capital totalizando o montante de R\$49.710 até 30 de junho de 2019 (R\$49.450 até 31 de dezembro de 2018), com objetivo de convertê-lo em capital social e, portanto, sem possibilidade de devolução.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receitas operacionais, líquidas

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Receitas:				
Receita de pedágios	92.508	182.187	93.234	188.615
Receita de construção	1.571	3.759	25.551	48.790
	94.079	185.946	118.785	237.405
Impostos sobre faturamento:				
(-) PIS sobre faturamento	(601)	(1.184)	(606)	(1.225)
(-) COFINS sobre faturamento	(2.776)	(5.466)	(2.797)	(5.658)
(-) ISS sobre serviços prestados	(4.625)	(9.087)	(4.661)	(9.432)
	(8.002)	(15.737)	(8.064)	(16.315)
Receita operacional líquida	86.077	170.209	110.721	221.090

A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$ 3.759 (R\$97.029 em 2018) dos ativos da concessão medidos e realizados no período encerrado em 30 de junho de 2019 que contempla aproximadamente 2,6%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no ano.

15. Custos dos serviços prestados e de construção

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Duplicação de pista e pavimentação ^(a)	(573)	(842)	(23.098)	(44.289)
Edificações operacionais	(1.438)	(2.813)	(657)	(1.118)
Roçada e poda vegetal	(440)	(607)	-	-
Folha de pagamento	(10.093)	(21.163)	(13.296)	(25.181)
Elementos de sinalização e proteção	(17)	(18)	-	-
Sistemas de drenagem	37	37	-	-
Projetos	(2)	(25)	(37)	(94)
Seguros	(62)	(122)	(58)	(114)
Sistema de infraestrutura telefônica e comunicação	(63)	(213)	(1.042)	(1.154)
Serviços tomados ^(b)	(21.803)	(42.006)	(13.850)	(30.033)
Custos contratuais ^(c)	(5.313)	(9.613)	(4.343)	(9.099)
Amortização ^(d)	(10.529)	(20.898)	(6.860)	(13.192)
Provisão para manutenção	(8.126)	(16.251)	(8.749)	(17.497)
Outros ^(e)	(6.379)	(12.917)	(7.083)	(15.386)
	(64.800)	(127.451)	(79.073)	(157.157)
Custo de construção	(1.531)	(3.664)	(24.905)	(47.553)
Custos dos serviços prestados	(63.269)	(123.785)	(54.168)	(109.604)

(a) No período de 30 de junho de 2019, houveram reduções significativas nos custos com duplicação e pavimentação.

(b) Substancialmente composto por serviços de reparo da rodovia, conservação e manutenção e socorro médico.

(c) Substancialmente composto por gastos relativos a seguro relacionado a obra, verbas (ANTT) de fiscalização, aparelhamento e prevenção de acidentes.

(d) Em 2018 a Companhia efetuou a revisão da projeção sua curva de tráfego e o impacto da revisão ocasionou no aumento da amortização mensal do ativo intangível.

(e) Substancialmente composto por serviços e materiais necessários para a prestação do serviço, tais como gastos com a manutenção da frota de veículos e radares, energia elétrica e comunicação de dados.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas administrativas

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Prestadores de serviços	(2.556)	(3.107)	(677)	(1.327)
Materiais, equipamentos e veículos	(311)	(470)	(294)	(542)
Provisões para demandas judiciais	(1.656)	(1.953)	(254)	(495)
Despesas gerais (*)	(2.816)	(4.399)	(2.611)	(4.300)
	(7.339)	(9.929)	(3.836)	(6.664)

(*) substancialmente composta por gastos com rateio de despesas compartilhadas da controladora e gastos fixos como água, energia e internet.

17. Salários e encargos sociais

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Salários e remunerações	(1.569)	(2.877)	(1.238)	(2.516)
Encargos sociais e trabalhistas	(605)	(1.162)	(830)	(1.244)
Benefícios	(394)	(715)	(378)	(756)
Outras despesas com pessoal	(131)	(166)	(10)	(11)
	(2.699)	(4.920)	(2.456)	(4.527)

18. Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia.

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Diretoria e conselho	(153)	(643)	(499)	(1.112)
Encargos e benefícios	(34)	(128)	(374)	(516)
PLR Diretoria	-	-	-	(787)
	(187)	(771)	(873)	(2.415)

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido, em 30 de junho de 2019 e 2018, está assim composto:

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Receitas financeiras:				
Descontos obtidos	1	1	25	117
Rendimento sobre aplicações financeiras	118	239	68	80
	119	240	93	197
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamento (i)	(53.234)	(98.558)	(46.826)	(90.495)
Juros sobre obrigações com fornecedores	(217)	(383)	-	(55)
Juros e multas sobre obrigações fiscais	(132)	(511)	-	(422)
Despesas bancárias	(105)	(213)	(120)	(243)
AVP Provisão de manutenção	(4.265)	(8.529)	(3.463)	(6.923)
AVP sobre direitos de uso - intangível	(271)	(575)		
Juros diversos	(37)	(61)	(632)	(722)
	(58.261)	(108.830)	(51.041)	(98.860)
	(58.142)	(108.590)	(50.948)	(98.663)

- (i) Representado pelos encargos financeiros do empréstimo-ponte com o BNDES, acrescido por provisão de multas e juros devidos após o vencimento (15 de dezembro de 2016).

20. Impostos e contribuições diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

i) *Ativo*

Ativo	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízos fiscais e base negativa	41.972	41.972
Provisão para manutenção	60.079	60.079
Diferenças temporárias	729	729
	102.780	102.780

ii) *Passivo*

Passivo	30/06/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social		
Custos de empréstimos	13.389	13.389
Margem de construção	8.854	8.854
Outros	4.180	4.180
	26.423	26.423

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 10 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Segue expectativa de realização, considerando o saldo líquido:

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Compensações (R\$)</u>
2019	6.866
2020	13.583
2021	14.969
Entre 2022 e 2024	<u>67.362</u>
	<u>102.780</u>

b) Resultados do ano

Os impostos registrados são demonstrados abaixo:

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Diferido (i)				
Imposto de renda	-	-	6.781	12.323
Contribuição social	-	-	2.501	4.357
Impostos Municipais (ii)				
ISSQN à recolher	11.920	11.920	-	-
	11.920	11.920	9.282	16.680

(i) Em 2019 a Companhia optou por não reconhecer os impostos diferidos até a geração de lucros previstos com a partir da redução do endividamento.

(ii) Em 30 de junho de 2019 a Companhia realizou a reclassificação para o longo prazo do ISSQN em aberto de longa data até que ocorra seu recolhimento.

O demonstrativo da apuração da despesa de imposto de renda e contribuição social gerado está demonstrada abaixo:

	Trimestre atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do atual período 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual trimestre do período anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do período anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(49.781)	(86.278)	(27.612)	(48.945)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	16.926	29.335	9.388	16.641
IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):				
Margem de construção (diferença temporária)	427	32	358	420
Provisão para manutenção	(4.212)	(8.425)	(4.150)	(8.303)
Custo sobre empréstimos (diferença temporária)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal	(16.274)	(24.288)	(5.074)	(8.205)
Indenização de seguros	-	-	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	3.321	3.181	(416)	(592)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do período	16.738	29.440	9.282	16.680
Alíquota efetiva	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)

21. Provisões para demandas judiciais

A Companhia está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas, levando em consideração a opinião de seus consultores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão em 30 de junho de 2019 no montante de R\$17.524 (R\$3.808 em 31 de dezembro de 2018).

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhista (a)	1.739	1.492
Cível (b)	1.744	527
Tributárias (c)	2.120	1.789
	<u>5.603</u>	<u>3.808</u>

- (a) As principais causas trabalhistas têm origem em solicitações de horas extras, horas *in itinere*, adicional de salubridade e periculosidade, responsabilidade subsidiária e vínculo empregatício;
- (b) As principais causas cíveis têm origem em solicitações de ressarcimento dos usuários quanto a sinistros ocorridos na faixa de domínio nas rodovias e em execução de títulos;
- (c) Referente a liminar para exclusão dos valores de ISS da receita bruta, na base de cálculo do PIS e COFINS.

Há ainda outras causas judicializadas de natureza trabalhista e cível em andamento, nos montantes aproximados de R\$8.747 e R\$13.405 (R\$12.891 e R\$13.821 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos consultores jurídicos da Companhia.

Em 30 de junho de 2019, encontram-se em andamento processos administrativos no âmbito regulatório junto ao órgão regulador (ANTT) relativos a ; pedido de ressarcimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) no montante de R\$ 5.670 relativo a estudos ambientais realizados e o auto de infração referente à não contratação/renovação do seguro garantia no montante de R\$ 4.500, ambos considerados pelos consultores jurídicos da Companhia com risco de perda possível quando forem discutidos na esfera judicial.

22. Cobertura de seguros

As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “*all risks*” para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

Marcos contratuais	Valor da importância Segurada (LMI)-R\$	Prazo de vigência
Risco de responsabilidade operacional	Não renovado	N/A
Risco de responsabilidade civil	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Danos materiais	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Risco de engenharia – Manutenção e Conservação	10.000.000	Mar/19 a mar/20
Perda de receita por danos materiais	55.000.000	Mar/19 a mar/20
Risco de engenharia – Obras	2.792.398	Abr/14 a abr/20

Em 31 de março de 2018 houve o término da vigência da apólice de seguro para garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. Pelo descumprimento da obrigação de contratar ou manter atualizadas as apólices de seguro, a ANTT poderá aplicar penalidades, conforme regulamentação. No trimestre findo em 30 de junho de 2018 a ANTT notificou a Companhia e abriu processo administrativo para cobrança de multa pela não renovação da apólice de responsabilidade operacional conforme preconiza o contrato.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de perda dessa causa, avaliado pela a Administração da Companhia e assessores jurídicos, foi determinado como expectativa de perda possível, conforme divulgado na Nota Explicativa 21. A Administração entende que esse risco está minimizado com o pleito de revisão quinquenal protocolado junto a ANTT. A solução que trará a revisão quinquenal, com um novo cronograma de obras, será, a medida em que for consenso entre as partes (Concebra e ANTT), subsídio fundamental para a reconstrução do Seguro Garantia. Além disso a liminar concedida pela 3ª Vara Federal Cível da SJDF que assegura a suspensão da aplicação de penalidades por parte da ANTT ocasionados pelo desequilíbrio contratual até o pronunciamento do Tribunal Arbitral o que contribuirá para a continuidade operacional em sua normalidade até que ocorra o reequilíbrio contratual.

23. Compromissos com a concessão

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Compromissos Contratuais:

	2019	2020	2021 a 2044	Total geral
<u>Compromissos futuros:</u>				
Recuperação da rodovia	65.308	-	26.712	92.020
Obras de arte	91.128	91.128	-	182.256
Obras de ampliação e melhorias	765.656	288.513	747.796	1.801.965
Manutenção da rodovia	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	1.239.034	1.239.034
Outas obras de aplicação e melhorias	50.000	-	50.000	150.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	-	20.000	20.000
Gestão ambiental	23.276	23.276	78.354	124.906
Sistemas e equipamentos	2.229	-	207.061	209.290
Edificações	-	-	114.795	114.765
Veículos	6.953	1.540	49.690	58.183
Projetos/Ensaios/Estudos	1.962	1.964	151.321	155.247
Desapropriações	34	13	6.915	6.962
	<u>1.006.546</u>	<u>406.434</u>	<u>5.416.198</u>	<u>6.879.148</u>
<u>Outros compromissos</u>				
Complemento contorno Goiânia	-	-	100.000	100.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	53.091
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	-	-	25.000	25.000
	<u>17.697</u>	<u>17.697</u>	<u>142.697</u>	<u>178.091</u>
	<u>1.024.243</u>	<u>424.131</u>	<u>5.558.895</u>	<u>7.057.239</u>

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível;
- (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários;

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

O cumprimento dos compromissos com a concessão, projetados de acordo com o contrato inicial, previstos para o exercício de 2019 foram realizados parcialmente, totalizando aproximadamente R\$71 milhões de reais. Isso ocorreu devido às condicionantes relacionadas à obtenção de recursos financeiros, descritas na nota 01 – Contexto Operacional. A Companhia espera que, com a revisão quinquenal do contrato, prevista para o segundo semestre de 2019, os compromissos sejam reequilibrados, conforme tabela abaixo:

Compromissos propostos para revisão quinquenal:

	2019	2020	2021	2022 a 2044	Total geral
<u>Compromissos futuros:</u>					
Recuperação da rodovia	51.243	35.529	55.292	782.183	924.247
Obras de arte	33.678	31.271	24.653	582.234	671.836
Obras de ampliação e melhorias	149.391	150.421	180.347	2.381.465	2.861.624
Manutenção da rodovia	43.056	44.778	46.457	1.630.781	1.765.072
Outras obras de aplicação e melhorias	20.882	21.717	22.531	23.376	88.506
Obras civis lançamento de fibra óptica	6.415	3.503	-	-	9.918
Gestão ambiental	3.603	4.571	2.503	54.661	65.338
Sistemas e equipamentos	2.564	4.593	5.647	42.884	55.688
Edificações	-	1.924	3.973	123.193	129.090
Veículos	1.626	2.616	-	76.799	81.041
Projetos/Ensaio/Estudos	3.337	3.470	3.600	31.402	41.809
Desapropriações	5.382	45	19	9.177	14.623
	<u>321.177</u>	<u>304.438</u>	<u>345.022</u>	<u>5.738.155</u>	<u>6.708.792</u>
<u>Outros compromissos</u>					
Complemento contorno Goiânia	-	-	36.284	198.316	234.600
Retorno em nível	8.350	14.695	-	91.842	114.887
	<u>8.350</u>	<u>14.695</u>	<u>36.284</u>	<u>290.158</u>	<u>349.487</u>
	<u>329.527</u>	<u>319.133</u>	<u>381.306</u>	<u>6.028.313</u>	<u>7.058.279</u>

Os valores dos compromissos acima consideram os fluxos futuros previstos baseados nas previsões dos índices de inflação até o fim da concessão.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 14, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos à verba de fiscalização, perfazem o seguinte montante (valores nominais):

Ano	Verba de fiscalização
2019	10.404
2020 até 2044	249.696
	<u>260.100</u>

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2019 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- (i) Aplicações financeiras - são classificadas como equivalentes de caixa.
- (ii) Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos - são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros incorridos até a data do balanço.
- (iii) Contas a receber – são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas Informações Contábeis Intermediárias.
- (iv) Contas a pagar - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três

tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de

insumos ou serviços e não apresenta em 30 de junho de 2019 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

a) *Risco de taxas de juros*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) *Risco de preço e valor de mercado*

A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

c) *Risco regulatório*

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importante ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

d) *Risco de crédito*

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato específico, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. O limite de crédito das contrapartes é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia para cada operação financeira realizada pela Companhia. Esse procedimento foi estabelecido a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

e) *Risco de liquidez*

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez.

f) *Hierarquia de valor justo*

Os diferentes níveis são definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação.

Gestão do capital

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações.

Análise de sensibilidade

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP.

Os CPC's 39, 40 e 48, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 30 de junho de 2019, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 30 de junho de 2019, definimos o cenário provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2019, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras nos próximos 12 meses, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – 98,5% CDI	10.842	10.842	10.842
Receita financeira projetada	964	1.205	1.446
Variação	-	241	482
BNDES - TJLP + 2% a.a.	1.049.243	1.049.243	1.049.243
Despesa financeira projetada	90.235	112.794	135.353
Variação	-	22.559	45.118
BDMG – CCB - CDI + 2,5% a.a.	6.114	6.114	6.114
Despesa financeira projetada	544	680	816
Variação	-	136	272

Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias—Continuação
30 de junho de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 30 de junho de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

25. Investigações envolvendo a Companhia

No dia 11 de abril de 2019 foi deflagrada pela Polícia Federal a Operação denominada Infinita Highway. A ordem judicial foi emanada da 11ª Vara Federal de Goiás para busca e apreensão na sede da Companhia. As investigações visam apurar supostas fraudes em emissão de relatórios sobre as condições da rodovia, visando burlar a fiscalização, aumentar a tarifa de pedágio e obter financiamento junto ao BNDES. Foram cumpridos ainda mandados de busca e apreensão nas Concessionárias ECO 101 e ViaBahia, bem como, na ANTT, na residência do Diretor Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na residência do Superintendente de Fiscalização da ANTT. A Companhia esclarece que adota políticas internas para contratações de bens e serviços e segue as medidas necessárias para investigar qualquer desvio das políticas por seus empregados ou colaboradores. Em 17 de abril de 2019 o Conselho de Administração da Concebra determinou a imediata apuração interna dos fatos relacionados ao cumprimento do mandado em questão e total apoio e cooperação ao andamento da investigação. A Companhia instituiu um programa de Compliance com o objetivo de disseminar a cultura de integridade em todos os níveis hierárquicos, melhorar seus controles internos e gerenciamento de riscos. Até a data da divulgação dessas informações contábeis intermediárias não houve mudanças no status do inquérito policial, inclusive sem qualquer indiciamento de qualquer de seus executivo ou funcionário do grupo.
